



UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

Sirlene de Andrade Rocha



**Os significados em torno da constituição do Arquivo Municipal de Campos dos
Goytacazes**

Rio de Janeiro
2019

Sirlene de Andrade Rocha

**Os significados em torno da constituição do Arquivo Municipal de Campos dos
Goytacazes**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola de Arquivologia, como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em
Arquivologia.

Orientador: Prof. Me. Bruno Ferreira Leite

Rio de Janeiro
2019

Sirlene de Andrade Rocha

**Os significados em torno da constituição do Arquivo Municipal de Campos dos
Goytacazes**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola de Arquivologia, como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em
Arquivologia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Bruno Ferreira Leite

Examinador: João Marcus Figueiredo Assis

Examinadora: Patricia Ladeira Penna Macêdo

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meus agradecimentos à UNIRIO e à Escola de Arquivologia por oferecer um ensino público de qualidade, como também por oferecer condições variadas para que o corpo discente possa concluir seu curso de graduação.

Gostaria de agradecer aos professores por compartilharem seu conhecimento e contribuírem das mais diversas formas para fortalecimento do curso e do campo de conhecimento de Arquivologia. Agradeço também aos funcionários que oferecem atendimento com muita presteza e qualidade aos alunos.

Deixo registrado aqui meus agradecimentos ao meu orientador, o professor Bruno Ferreira Leite, por toda ajuda prestada para a realização deste trabalho sempre com muita compreensão, gentileza, generosidade.

Agradeço também ao Diretor do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, Carlos Roberto Bastos de Freitas, por colaborar com este trabalho ao aceitar ser entrevistado, bem como aos funcionários que contribuem para o funcionamento deste Arquivo Municipal e que estão sempre dispostos a ajudar aos usuários que visitam a instituição.

Gostaria de agradecer à historiadora Lana Lage da Gama Lima, por colaborar com este trabalho, respondendo aos meus questionamentos, compartilhando algumas de suas lembranças sobre objeto de estudo deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos pelo apoio em diversos momentos, tornando a as dificuldades da vida menores.

Agradeço a meus pais por todos esforços que sempre fizeram para dar o melhor que não puderam ter a mim e às minhas irmãs. Às minhas irmãs, agradeço também, por sempre me incentivarem em momentos de desânimo.

E por último, mas não menos importante, à Deus, essa força que considero tão difícil de ser definida, por dar ao ser humano capacidade de se regenerar, de se curar e de se reinventar após tombos que que a vida nos dá.

RESUMO

O presente trabalho buscou refletir sobre alguns significados que a criação de um arquivo público municipal pode fazer emergir. Nosso objeto foi o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, criado no ano de 2001, dez anos após à criação da Lei de Arquivos (BRASIL, 1991). Para avaliar tal questão utilizamos o relato de duas pessoas ligadas diretamente no processo de concepção e implementação do Arquivo Municipal, como também, avaliamos alguns documentos escritos. Procuramos enumerar alguns discursos de memória que expressavam a vontade de memória ligada ou presente no município de Campos. Por fim, caracterizando a instituição como lugar de memória desde sua criação, procuramos ressaltar alguns significados e características presente na experiência de criação do Arquivo, destacando algumas relações de poder envolvidas na sua implantação.

Palavras-Chave: Arquivo Municipal. Lugar de Memória. Instituição Arquivística.

ABSTRACT

The present work sought to reflect on some meanings that the creation of a municipal public archive can make emerge. Our object was the Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, created in 2001, ten years after the creation of the Archives Law (BRASIL, 1991). In order to evaluate this issue we use the report of two people directly involved in the process of designing and implementing the Municipal Archives, as well as evaluating some written documents. We tried to enumerate some speeches of memory that expressed the will of memory linked or present in the municipality of Campos. Finally, characterizing the institution as a place of memory since its creation, we try to highlight some meanings and characteristics present in the experience of creating the Archive, highlighting some power relations involved in its implementation.

Keywords: Municipal Archive. Place of Memory. Archival Institution.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CAMPOS DOS GOYTACAZES E A VONTADE DE MEMÓRIA.....	17
3 A EXPERIÊNCIA DA CRIAÇÃO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro, com destaque ao município de Campos dos Goytacazes.....	18
Figura 2 - Solar do colégio, sede do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes.	34
Figura 3 - Acervo de Jornais do Arquivo Municipal de Campos.....	37
Figura 4 - Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.	39

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

- APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
- APMC – Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes
- CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
- FENORTE – Fundação Estadual Norte Fluminense
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense
- UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- UFF – Universidade Federal Fluminense
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

1 INTRODUÇÃO

Em 1986, Vera Moreira Figueira procurou mostrar em seu artigo para a Revista Acervo do Arquivo Nacional como que arquivos estaduais poderiam estimular a criação de arquivos públicos nos municípios (FIGUEIRA, 1986). Na época a autora admitia que essa relação entre arquivos municipais e estaduais estaria mais no nível de projeto do que de uma realidade. Dentre as dificuldades dessa relação que ela enumerou estava a dispersão documental, reflexo das diversas mudanças políticas administrativas dos municípios. Ela recomendava que os arquivos estaduais deveriam fazer a localização e levantamentos dos documentos dispersos em instituições municipais e sensibilizar as administrações locais da necessidade de criação de arquivo municipal e que o papel desses arquivos seria de “resgatadores da memória local e propulsores do equilíbrio político e social do país” (FIGUEIRA, 1986, p. 163). Além disso, arquivos estaduais deveriam também promover o envolvimento da comunidade com a finalidade de despertar o reconhecimento do direito de “resgate de seu passado recente e remoto” (FIGUEIRA, 1986, p. 163). Uma vez aberto o arquivo à consulta, Figueira afirma que ele abriria a possibilidade de “desvendar e julgar os atos da administração pública de interesse de qualquer cidadão” e recuperar a memória local. Ela conclui que:

[...] as relações dos arquivos estaduais com os municípios devem ser sobretudo políticas, de envolvimento e convencimento. Em um segundo momento, depois de implantados os arquivos municipais, as relações passariam ao campo técnico. Em outras palavras, a sobrevivência e a cristalização de qualquer projeto institucional dependem, fundamentalmente, de legitimidade, apoio político e representatividade, os mais amplos possíveis, e os arquivos não escapam a essa regra. (FIGUEIRA, 1986, p. 164)

É difícil mensurar até que ponto, e se, as recomendações do artigo foram utilizadas na criação de arquivos públicos municipais no Brasil. Mas a realidade do diminuto número de arquivos públicos nos municípios do país praticamente não mudou de 1986 aos dias de hoje, apesar dos avanços.

O Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes, fundado no ano de 2001, fez parte das iniciativas mais recentes de criação de arquivos municipais no Brasil. Segundo Larissa Manhães Ferreira (2014), a criação do arquivo contou com apoio da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e foi instalado pela prefeitura de Campos através da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL), em um prédio histórico tombado que foi sede de uma fazenda jesuítica que remonta

do período colonial. Ou seja, como Figueira colocou, a criação do arquivo teve apoio político de instituições municipais e estaduais.

Vemos assim que houve uma junção de forças para a criação do arquivo no município de Campos dos Goytacazes.

Cabe destacar que este município do Estado do Rio de Janeiro tem sua existência que remonta a períodos muitíssimos anteriores da fundação de seu arquivo municipal. A ocupação ocidental da região remonta do período colonial. A exploração econômica da terra inicialmente foi marcada pelo predomínio da pecuária e a plantação de cana-de-açúcar. No auge econômico alcançado pela região no século XIX a região chegou a ser uma das maiores concentrações de população negra do Brasil. População essa livre ou escrava que era empregada nas unidades de produção da região. No século XX a exploração de petróleo, com a instalação da PETROBRAS, aumentou a arrecadação do município e trouxe riquezas para a região. Contudo, não houve mudança no Índice de Desenvolvimento Humano, e as desigualdades históricas da população permaneceram ainda acentuadas (MACHADO, 2009, p. 90-91).

Vemos desta forma, que o município de Campos mostrou uma trajetória de relevância econômica para o Estado do Rio de Janeiro, e mesmo para o país, e sua constituição remonta de tempos coloniais, contudo, ainda assim, só veio concretizar a criação de uma instituição arquivística no ano de 2001, 10 anos depois da criação da Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/1991) que compreendia a necessidade de arquivos públicos nos municípios.

A criação do arquivo envolveu a iniciativa de alguns atores, ligados às instituições mencionadas acima, que articularam forças para acionar o poder público municipal para a criação do mesmo.

Nesse sentido podemos colocar algumas questões frente à essas informações: de como se deu a criação do Arquivo Municipal de Campos e quais foram as principais motivações? O que representou a criação desse arquivo para o município? A criação do arquivo municipal foi fundamentada por quais discursos? Ambicionava-se resguardar a memória local? Enfim, quais os significados erigidos juntamente com a sua fundação?

A criação do Arquivo municipal de Campos dos Goytacazes foi posta em prática com a finalidade inicial de resguardar a memória do município e a manutenção da identidade local.

O arquivo foi criado diante da demanda dos pesquisadores e letrados do município. Isso porque os documentos referentes ao município encontravam-se dispersos por diversas entidades e coleções particulares. Esses pesquisadores viam esses documentos como fonte de conhecimento da história e memória da cidade e desde a década de 80, no jornal local,

defendiam a importância de uma instituição arquivística no município (FERREIRA, 2014, p.77).

Lana Lage, então professora da UENF, elaborou o projeto de criação do Arquivo de Campos, e já na ideia inicial planejava a escolha de um prédio histórico para sede do mesmo. (FERREIRA, 2014, p. 83). Isso pode ser interpretado como uma preocupação em agregar um sentido que ligasse o arquivo ao passado do município. Lana Lage logo encontrou no Solar do Colégio, uma fazenda jesuítica que remonta do ano de 1690 tombada pelo IPHAN no ano de 1946, uma sede que acabou cedendo seus elementos simbólicos para o Arquivo.

Há assim uma preocupação em reunir num local específico os documentos dispersos num prédio tombado para assim resguardar a memória local projetada num passado comum brasileiro. Há assim uma vontade contornar parte do esquecimento dos trajetos percorridos pela sociedade local. O arquivo assim, em princípio, visava resguardar documentos com intuito de preservar ou mesmo ajudar a construir a memória do município. Foi implementado através de mobilização de atores com motivações próprias e compromissos com a região específicos que tornaram a iniciativa possível.

Procuramos neste trabalho identificar alguns significados presentes na experiência de constituição do Arquivo Municipal em Campos dos Goytacazes, através da análise de relatos de dois atores responsáveis pela iniciativa de criação do Arquivo. Procuramos elencar também, as principais dificuldades ou apoio de outras instituições como o APERJ, UENF e FCJOL para concretizar a criação do Arquivo e verificar como o acervo foi reunido e como foi feita a escolha do edifício sede do Arquivo e qual o potencial simbólico dessas escolhas na constituição da identidade local.

Desde a criação da Lei de Arquivos (BRASIL, 1991) poucos foram os municípios fora os das capitais brasileiras que criaram arquivos públicos municipais. Mesmo o município de Campos dos Goytacazes tendo uma origem antiga que remonta do período colonial, não possuía um arquivo específico para ele. Uma ausência comum a muitas localidades brasileiras que, neste caso, foi contornada através de junção de poderes locais. Torna-se importante conhecer e analisar iniciativas bem-sucedidas e investigar as motivações e significados das mesmas. Avaliar o arquivo frente a iniciativas reais relacionadas aos contextos específicos e realidades pontuais contribui para que tenhamos conhecimento dos possíveis significados de arquivo assumido em configurações brasileiras.

Verificar como que essas instituições arquivísticas foram constituídas permite que conheçamos as relações que tornaram possível sua fundação em um cenário nacional e regional não tão favorável à criação e manutenção de instituições arquivísticas. E dessa forma ser

possível identificar sua existência ou ausência como reflexo da disparidade e vontade política de cada localidade brasileira, no caso de nossa análise, do município de Campos dos Goytacazes no Norte Fluminense. E além disso, identificar de que forma relacionam arquivo à memória bem como quais as concepções se utilizaram dos mesmos na justificação da criação de um arquivo público municipal.

A criação do Arquivo de Campos deixa indícios de uma preocupação de criá-lo para assim ajudar preservar os documentos sobre o município que antes estavam dispersos para conseqüentemente resguardar a memória local. A literatura sobre memória e mesmo sobre arquivo é múltipla e multifacetada. Os significados de arquivo e memória, bem como de memória e história, de maneira usual tiveram sua semântica aproximada e algumas vezes confundida.

Para Adalbalde & Grigoletto (2016) arquivo e memória não são sinônimos, mas possuem um vínculo e a precisão no uso dos termos depende do contexto em que é estabelecido o seu entendimento e tratamento. Segundo os autores:

[...] os registros, os documentos de arquivo e os arquivos podem *vir a ser* ativadores da memória, ao mesmo tempo em que aquilo que lembramos pode fixar-se no espaço/tempo do registro como ideia sobre um fato passado. Isso quer dizer que os arquivos são fontes/suportes/próteses para a memória e que a lembrança depende de bases materiais e elementos imateriais para perpetuar-se. Assim constatamos que, em certa medida, o arquivo e a memória se acham em inter-relacionamento. (ADALBALDE & GRIGOLETO, 2016, p. 12, grifo do autor).

Para Pierre Nora, a memória é sempre carregada por grupos vivos e está em permanente evolução suscetível à dialética do esquecimento e da lembrança. É colocada como fenômeno atual se alimentando de lembranças vagas, particulares ou simbólicas. Ela se instala no sagrado e sempre surge do grupo que a memória une, existindo assim memórias variadas e de acordo com o tanto de grupos que possa existir. Ela “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9). Contudo, Nora afirma que a memória espontânea é ameaçada ao desaparecimento, e quando isso ocorre há o surgimento de uma preocupação em assentá-la em lugares: os lugares de memória. Eles são restos, marcos testemunhais de outros tempos e que “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

Os arquivos poderiam ser assim identificados como “lugares de memória” sendo considerados como materialização da memória, e ainda “uma secreção voluntária e organizada de uma memória perdida” (NORA, 1993, P. 16). Cabe destacar que não são todos os arquivos

que são considerados lugares de memória, porém, as instituições arquivísticas podem ser facilmente enquadradas como tal, devido sua vinculação com a história. E para os arquivos serem definidos como lugar de memória os mesmos devem possuir uma dimensão material, simbólica e funcional (NORA, 1993, p. 21).

Mas a memória não é algo definitivo e fechado em uma última significação, nem entre os grupos, nem entre teóricos. Podemos destacar aqui também outros aspectos que podem assumir a questão da memória. Pollak (1989) optou pela abordagem na qual procura ver a memória coletiva focando nos processos e nos atores que interferem na constituição e formalização das mesmas. Assim, busca analisar como as memórias são constituídas e como e por quem elas são solidificadas e dotadas de duração e estabilidade. Ele identificou dois tipos de memórias. As subterrâneas, que são as que se “opõem a memória oficial”, geralmente pertencente às culturas minoritárias e dominadas que prosseguem no silêncio de forma quase imperceptível e que em momentos de crise veem à tona (POLLAK, 1989, p. 4). E as outras são definidas por ele como memórias enquadradas. Essas memórias enquadradas tem o objetivo de manter “a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território”, oferecendo um quadro de referências e pontos de referência (POLLAK, 1989, p. 9). Segundo o autor:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mais também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989, p. 9-10).

O autor admite o embate de poder no cerne da construção de memória enquadrada. Há nesse sentido uma preocupação em escolher os registros que no caso das instituições formais se caracteriza pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos. Os rastros do enquadramento são os objetos materiais tais como os monumentos, os museus, bibliotecas, entre outros. Segundo o autor “quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem [...]” (POLLAK, 1989, p. 10).

Vemos assim que memórias podem estar assentadas em lugares e também que a memória é construção feita através de embates das memórias de grupos, e que podem ser silenciadas ou enquadradas.

A semântica das memórias é múltipla, e múltipla é a sua concepção. Jô Gondar (2016) pensa a memória, mais especificamente a memória social, através de cinco proposições. São

elas: 1. A que destaca o caráter transdisciplinar do campo da memória social. 2. A que define que o conceito de memória é ético e político, ou seja, é feito através de escolhas, e não há imparcialidade. 3. A qual a memória implica o esquecimento. 4. A que memória não se reduz à identidade, pois ao construir uma memória sobre o grupo, há que se “esquecer” aquilo que está em desacordo. Ela, assim, supõe um embate permanente entre lembrança e esquecimento. 5. A que afirma que a memória não pode ser reduzida à representação, pois ela pode ser concebida como processo. Segundo Gondar, a memória é um processo e este é deflagrado por relações e afetos, ou seja, jogos de força (GONDAR, 2016, p.38).

Jogos de forças, política, embates de domínio, identidade. As memórias podem carregar consigo várias concepções e, retomando o que afirma Adalbalde & Grigoletto, necessita de materialização, e o arquivo assume essa função no jogo das memórias. E ele assume esse aspecto ligado ao poder. E isto fica claro na definição de arquivo proposta por Schwartz & Cook:

Arquivos são construções sociais. Suas origens se sustentam na necessidade de informação e nos valores sociais dos ditadores, governos, negócios, associações, e indivíduos que os determinam e os mantêm. Apesar das mudanças em sua natureza, dos seus usos, e da necessidade de preservá-los, os arquivos, desde os *mnemons* da Grécia Antiga são relacionados a poder – à manutenção do poder, ao controle pelo presente daquilo que é, e será conhecido sobre o passado e ao poder da lembrança sobre o esquecimento (SCHWARTZ & COOK, 2004, p.16, grifo do autor).

Partindo dos pressupostos teóricos, acima mencionados, como horizonte pudemos investigar nas falas dos atores envolvidos na criação do arquivo de Campos dos Goytacazes, e nos documentos de fundação do mesmo, de que forma foi fundamentado o discurso fundador do arquivo nesse município. Além de verificar até que ponto as justificativas de sua criação estiveram ligadas à vontade de preservação da memória e identidade local.

A pesquisa se configurou em dois trajetos que se complementaram. Entrevista e revisão de literatura. Para avaliar a constituição do Arquivo de Campos realizamos entrevista semiestruturada e questionário com dois atores envolvidos no processo de fundação do arquivo. Considera-se como semiestruturada a entrevista que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2009, p. 64). A entrevista permite que avaliemos pontos subjetivos presentes na fala dos entrevistados possibilitando que se contraponha e complemente informações oficiais contidas em documentos, por exemplo. Duas pessoas estiveram diretamente ligadas com a criação do arquivo: Lana Lage da Gama Lima, historiadora e Carlos Roberto Bastos de Freitas, museólogo.

O outro caminho foi a elaboração de uma revisão de literatura. Segundo Noronha:

Trabalhos de revisão são estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da-arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. Assim, a consulta a um trabalho de revisão propicia ao pesquisador tomar conhecimento, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado, podendo substituir a consulta a uma série de outros trabalhos (NORONHA, 2000, p. 70)

Desta forma, procuramos combinar pesquisa e revisão de literatura com o fim de que as duas contribuam para análise do objeto deste trabalho.

Também analisamos os documentos do Fundo Arquivo de Campos dos Goytacazes que se encontra no próprio arquivo do município em questão.

Assim tivemos acesso à dados subjetivos e oficiais, além de reunir reflexões de trabalhos realizados que dialogaram com o objeto desta pesquisa e que ajudaram a perceber os significados em torno do processo de criação do Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes.

2 CAMPOS DOS GOYTACAZES E A VONTADE DE MEMÓRIA

Situado ao norte do Estado do Rio de Janeiro, o município de Campos foi fundado em 28 de março de 1835, mas sua história pode ser contada desde meados do século 16, quando Dom João III doou a Pero Góis da Silveira a capitania de São Tomé, cujo nome, posteriormente, passou a Paraíba do Sul.¹

É desta forma que o site da Câmara de vereadores de Campos dos Goytacazes apresenta o município. Na breve introdução do histórico da cidade, independente da autoria, o texto procura já de início destacar que a região tem uma história que antecede elevação da Vila de São Salvador de Campos à município no início do século XIX. Uma história que a liga ao discurso de fundação do Brasil a partir da ocupação Portuguesa através das Capitânicas Hereditárias. Uma história que começa não com a ocupação humana da região, mas com o primeiro registro escrito, como podemos supor, da ocupação lusa do território que coincide com os limites geográfico atuais do município: as cartas de doação das capitânicas hereditárias, concedidas pela Coroa portuguesa aos capitães incumbidos de colonizar o território nelas demarcado. Desta forma, evidencia-se assim um discurso de uma identidade que vincula o município à história oficial nacional. Tal observação pode nos remeter a diversas questões, mas é importante destacar que há um discurso histórico difundido que indiretamente nos remete a importância do documento para a construção de discursos históricos. Um discurso que eleva o valor do local através da antiguidade da ocupação lusitana. Mas a identidade histórica do município não se resume unicamente a exaltação de uma antiguidade. Há destaque para discursos regionalistas que salientam as atividades econômicas da região e a elite delas resultantes e sua importância no contexto do Estado do Rio de Janeiro e mesmo do país. Campos teve um papel de destaque na economia fluminense.

Um desenvolvimento que rendeu à cidade marcos que a colocava na frente de muitas cidades brasileiras da época. Questões essas que ao precisarem ser lembradas demonstram terem sido esquecidas de acordo com os deslocamentos dos centros do poder político e econômico brasileiro. Tais marcos rememoram a importância que a cidade teve em determinado período de sua trajetória, como o de ter sido o local onde foi fundada a primeira loja maçônica do Brasil (1832), de ter o registro da mais antiga livraria do país (1844), de ter realizado a primeira ligação telefônica para o Rio de Janeiro (1869), de ter construído primeira linha férrea (1873), ter sido a primeira cidade da América Latina a instalar um sistema de iluminação elétrica, entre outras. Todas essas informações, ainda que fixadas na internet, no site da Câmara

¹ Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, breve histórico.
<<http://www.camaracampos.rj.gov.br/campos/historia-da-cidade>> Acessado em 3 de abril de 2018.

municipal, um ambiente de informação tão instável e sujeito a mudanças constantes, são mais facilmente acessadas pelas pessoas. Isso mostra que essas informações adquirem determinado status pois demonstra intenção do que se quer difundir, lembrar, através de um veículo de comunicação de uma instituição pública.²



Figura 1 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro, com destaque ao município de Campos dos Goytacazes.
Fonte: adaptado de Wikipédia.

Tais informações históricas mostram resíduos de que a produção do discurso histórico é de certa maneira numérica e possivelmente bastante difundida no âmbito local. Resíduos esses que poderíamos chamar de discurso de memória, visto que, ainda que se alimente da produção historiográfica não possuem a mesma estrutura formal. Nesse tipo de discurso se dá destaque a informações históricas recortadas que sustentam o que se deve rememorar de um passado que pode ser identificado nos resquícios da ação de várias gerações, em sua população, em seu patrimônio, em sua paisagem, e em seu território.

As visões, que se produziram do passado da cidade de Campos, estiveram bastante ligadas com a relação que seus produtores estabeleceram com esses resquícios do passado, com o valor que atribuíam a eles e a forma como eram lidos e interpretados.

Resgatar de forma breve o trajeto de algumas visões históricas e sobre o patrimônio de Campos nos ajuda a entender muitos dos resquícios do passado presentes nos discursos de memória regional. Consideramos que junto com o surgimento e consolidação da historiografia brasileira e regional se construíram discursos de memória onde se expressavam uma vontade de memória junto da valorização dos documentos, e seus múltiplos suportes, e o sentimento da

² Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, breve histórico.
<<http://www.camaracampos.rj.gov.br/campos/historia-da-cidade>> Acessado em 3 de abril de 2018.

necessidade de preservação dos mesmos. Esse sentimento de preservação de resquícios do passado em muitos momentos estabeleceu um embate com ondas modernizadoras. A vontade de lembrar e de preservar, desta forma, oscilou entre momentos de abandono ou esquecimento e de valorização, alavancados por diferentes grupos e atores. Sendo assim, neste capítulo traçaremos um breve trajeto desses discursos sobre o passado e a valorização dos documentos e, conseqüentemente, da necessidade de sua preservação.

Em se tratando dos relatos escritos do passado de Brasil, desde sua colonização foi comum a elaboração de obras descritivas sobre acontecimentos e costumes feitos por viajantes e outros personagens de forma esparsa e pontual em sua época. São exemplos os relatos de viajantes e de memorialistas que eram basicamente a escrita de impressões e experiências que em grande parte partia da visão do olhar europeu nos trópicos. É só na segunda metade do século XIX que se passa a valorizar a documentação como fonte de produção de discursos históricos sobre o passado. A preocupação com a construção de uma visão nacional é definida com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, que se alinha a visão de uma história reflexo de pesquisa documental, com a função de criar uma identidade nacional, que fundasse uma identidade de civilização brasileira (GUIMARÃES, 1988, p. 6). Tal empreitada foi solucionada com a realização de um concurso promovido pelo IHGB que revelou o trabalho de Carl Friedrich Philipp von Martius, intitulado *Como se deve escrever a História do Brasil* (MARTIUS, 1844, p. 381-403). Nele se fundou muitas visões e leituras sobre identidade brasileira. A principal delas apontava para a História da nação ter de se fixar na mistura de raças: português, negros e índios. A partir dessa visão foram desdobradas leituras historiográficas que inseriam o índio e o negro numa posição inferior em relação a do colonizador português, colocado como elemento civilizador do país. Os índios eram retratados apenas no período inicial da colonização e o negro representado até a abolição da escravidão. Passados esses marcos dessa historiografia essas populações eram relegadas a uma invisibilidade histórica de sua agência.

A trajetória de produção de uma história nacional e de um conhecimento histórico brasileiro esteve bastante atrelada às questões políticas em voga em sua época. A disputa sobre o que deveria ser lembrado foi reflexo das rupturas políticas que o país vivenciou. A criação do IHGB pelo império, interrompido pela primeira república, as mudanças do Estado Novo, ao retorno à democracia, o regime de ditadura militar e a abertura política, criaram frentes diferentes sobre os discursos do que se deveria memorar. Mas a institucionalização do ensino superior de história no Brasil ocorrido na década de 1930, refletiu os objetivos políticos do Estado Novo de construção de uma nova elite (SILVA & FERREIRA, 2011, p. 286).

Foi a partir da década de 1930 que a busca pelo passado regional do Estado do Rio de Janeiro marcou, por assim dizer, a necessidade de tirar do esquecimento o passado de alguns municípios fluminenses, tal como o de Campos dos Goitacazes. Nesta década, foram abertos 5 processos de tombamento de imóveis localizados no município e todos foram conclusos na década de 1940: o Solar dos Aires, o Solar de Santo Antônio, Capela de N. Senhora do Rosário do Visconde, Solar do Visconde (que hoje inexistente pela ação do tempo) e o Solar do Colégio, prédio que hoje abriga o Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes (VIEIRA & TEIXEIRA, 2005, p. 22). Vemos que essas iniciativas brotam na região ao mesmo tempo que germina, em parte dos segmentos da sociedade local, uma preocupação de preservação de um passado regional.

O tombamento desses imóveis esteve ligado à política do SPHAN, criado em 1936 e concretizado em 1937 no período do Estado Novo (1937-1945). Segundo Vieira & Teixeira, as ações do SPHAN nesse período estavam relacionados à diretrizes da instituição que tinha o intuito de formação de um patrimônio agregador da nação que deveria ser preservado. A eleição desse patrimônio era tida como a materialização da própria História Nacional. O tombamento de imóveis nesse período inicial do SPHAN, assim, era uma tentativa de construção de uma identidade nacional através da preservação de bens que representavam a classe dirigente brasileira tanto da esfera pública ou privada, eclesiástica, rural e urbana (VIEIRA & TEIXEIRA, 2005, p. 20-21).

O Solar do Colégio, prédio que abriga o Arquivo de Campos, foi um dos tantos outros bens arquitetônicos selecionados nesse momento inicial de constituição do SPHAN. Influenciados pelo modernismo surgido na década de 20, a seleção dos bens procurou resgatar as produções artísticas e arquitetônicas do período colonial, pois acreditava-se ser um genuíno e autêntico representante do ser nacional, expressão síntese da origem da nacionalidade. Valorizava-se também a arquitetura jesuítica tida como representante da ancestralidade da nação (CHUVA, 2017, pp. 212-218). O Solar, desta forma, por ter sido uma construção feita por jesuítas, enquadrava-se nas ações de preservação dos bens que representavam a materialidade das origens nacionais.

Mas esse aspecto de preservação da arquitetura colonial na cidade de Campos, como aponta Viera (2003), não condiz exatamente com a visão expressa no jornal local que na década de 30 exaltava a modernização urbana pela qual passava a cidade e desprezava os ares coloniais que na época ainda preservava (VIEIRA, 2003, pp. 45-46). Mostra-se algumas incongruências com as ideias dos intelectuais que faziam parte do SPHAN e da sociedade local, expressa na imprensa campista. Não estamos dizendo que as diretrizes do órgão eram apenas de preservação

de um passado a todo custo. Na verdade, a concepção marcante no processo de invenção do patrimônio nacional foi a de estabelecimento de uma relação entre conservação do passado e a modernização do presente (CHUVA, 2017, p. 213).

Segundo Chuva (2017), para compreender a problemática de preservação cultural no Brasil durante as décadas de 1930 e 1940,

deve-se considerar, nos discursos produzidos, as articulações das noções de modernidade e tradição, e de unidade e nação. Foram elas constituintes dos princípios fundadores e norteadores dessa ação, historicamente determinada, que confere materialidade à nação pela seleção especialmente de bens arquitetônicos que vão constituir os *lugares da memória* nacional, a todo tempo atualizada pela permanência no tempo e no espaço dessas construções tornadas monumento. No processo de rotinização das práticas de proteção, tais construções foram tratadas como *documentos*, de acordo com a abordagem da história na sua forma tradicional, isto é, como provas materiais da história da nação – visando garantir uma unidade, sem o direito a diferentes versões (CHUVA, 2017, p.71. grifo da autora).

Assim, inicialmente, Campos esteve ligada às ações de preservação da memória nacional através de bens arquitetônicos tombados, dentre eles o Solar do Colégio. O tombamento do Solar estava ligado às iniciativas que surgiam na década de 30 que dotava o Estado da responsabilidade de preservação de bens culturais. Podemos assim dizer que o prédio do Solar foi a primeira iniciativa pública de preservação de um documento, um bem arquitetônico na região. Vemos assim nascer ações vinculadas ao poder público de uma vontade de memória ligada ao viés nacional. Mas como surgiu o interesse do SPHAN pelos solares de Campos dos Goytacazes? Não podemos dar uma resposta precisa, mas podemos sugerir a interpretação de ter sido resultado da ação dos intelectuais locais que tiveram destaque no cenário fluminense. Desse grupo local destacamos a ação da família Lamego.

O precursor na escrita do passado da cidade de Campos dos Goytacazes foi Alberto Frederico de Moraes Lamego, conhecido apenas como Alberto Lamego, nascido em Itaboraí em 1870, cursou a Faculdade de Direito de Recife e se formou no ano de 1892³. Viveu 14 anos na Europa, onde visitou arquivos à procura de documentos sobre a região de Campos. Sua obra de maior destaque foi “A Terra Goytacá: À luz de documentos Inéditos”, publicado em 8 volumes entre os anos de 1913 a 1947. Sua obra teve destaque por ao mesmo tempo propor uma leitura da história da região e reunir informações presentes em diversos documentos históricos. Sua atuação foi de tamanha importância que alguns de seus descendentes prosseguiram na empreitada de escrever sobre o passado regional e fluminense. Foi o caso de

³ Dados biográficos retirados do site do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, na descrição de arquivo que leva seu nome: <<http://www.ieb.usp.br/alberto-lamego/>> acessado em 23 de janeiro de 2018.

seu filho Alberto Ribeiro Lamego, que assinou os próprios trabalhos, por vezes, apenas como Lamego Filho.

Alberto Lamego buscou construir as origens da ocupação de Campos a partir da separação pela Coroa portuguesa do território das terras brasileiras em Capitânicas. Podemos sugerir que a vontade de investigar o passado de Campos seja devido ao período de transição política testemunhado por Alberto Lamego no Brasil: o fim da escravidão e do Império e a subsequente implantação da República. Essas mudanças históricas tiveram um impacto muito grande na vida da sociedade fluminense, a se destacar aspectos políticos e econômicos na região. E esta experiência foi vivenciada pelo autor. A principal delas foi a decadência econômica fluminense após a abolição da escravidão. Isso porque a riqueza fluminense vinha da exploração da escravidão rural nas lavouras principalmente de açúcar e café na província. Com o advento da República essa decadência foi acentuada ao se relegar o Estado do Rio de Janeiro⁴ uma posição periférica no cenário nacional.

Fernandes (2009), ao analisar o que identificou como historiadores fluminenses entre as décadas de 1930 e 1940, destacou que os intelectuais que se debruçavam no tema procuravam em seus escritos resgatar do esquecimento o período em que a região teve maior destaque: o período Imperial, tida como Idade de Ouro. As obras que abordavam o passado dos vários municípios fluminenses destacavam a pujança econômica que o Estado e seus municípios tiveram no século XIX. Eles procuraram construir uma autoimagem alicerçada no discurso de resgate do que consideravam como tradições e vocações locais, e entre elas, era tida como principal, a vocação agrária do RJ. Nesse sentido Fernandes (2009) nos diz que:

Durante toda a Primeira República, os dirigentes do estado do Rio de Janeiro construíram o discurso de que a abolição e a instauração do regime republicano promoveram a desorganização da economia e foram responsáveis pela secundarização política do estado no cenário nacional. Tais ideias consolidaram-se nessa produção, que reafirmava o discurso da Idade de Ouro imperial. Tal situação só estaria sendo superada com o contexto das décadas de 1940 e 1950, momento esse em que a economia estava sendo reorganizada nas bases “*vocacionais do estado*” (FERNANDES, 2009, p. 227, grifo do autor).

⁴ Cabe elucidar algumas mudanças na divisão política e administrativa da região hoje conhecida como Norte Fluminense, da qual Campos faz parte. Até 1832 essa região foi por vezes anexada ao território da Capitania ou Província do Espírito Santo. Em seguida passou a ser definitivamente parte da província do Rio de Janeiro. A província do Rio de Janeiro, por sua vez, era separada da capital do Império conhecido como Município Neutro até o século XIX. Com a República essa separação continuou a ser a mesma, passando apenas a ser denominado como Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal, respectivamente, até o ano de 1960. Com a mudança da capital para Brasília, o Distrito Federal se tornou o Estado da Guanabara, permanecendo assim até ano de 1975, quando houve a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara.

Essa reorganização das bases vocacionais do RJ, mencionada pelo autor se refere ao período de firmação política do Governo de Amaral Peixoto, que apoiou as atividades tradicionais agropastoris do RJ, mas um agrário baseado na modernização das técnicas produtivas (FERNANDES, 2009, p. 232).

A identidade do fluminense também foi construída a partir das histórias que esses intelectuais das décadas 1930 e 1950 procuraram erigir. Buscou-se então contrapor à ideia de decadência, atribuída nas primeiras décadas do período republicano ao homem fluminense, com uma identidade ligada à uma visão positiva do colonizador, exaltando o viés do conquistador de terras, dos homens e de almas, que com sua suposta perspicácia superava as intempéries naturais da região fluminense (FERNANDES, 2009, p. 222).

Lamego fazia parte desses intelectuais fluminenses de destaque fluminense. Sua obra, apesar de não ter o rigor metodológico e teórico da História e historiografia atual, tendo o autor sido chamado de memorialista por muitos historiadores, mostrava uma preocupação e valorização de uma escrita do passado baseadas em pesquisa documental. Uma valorização que remetia a um viés de colecionador, ainda que prevalecesse o de pesquisador. Em sua introdução à primeira edição de “A terra Goytacá” deixou clara apreciação pelos documentos encontrados em “arquivos poeirentos” e demonstrou sua motivação de defender uma memória histórica frente às afirmações da tradição de sua época. Ele procura, ainda que de forma breve, demonstrar sua concepção de história e justificar o seu trabalho de escrita e de pesquisa ao afirmar que:

Sendo os alicerces da história, os documentos, tivemos de desprezar muitas das afirmações feitas pelos que se tem ocupado da Capitania do Parahyba do Sul, firmados na tradição, pois esta chega a nossos dias corrompida, ampliada, cercada de lendas creadas pela imaginação popular (LAMEGO, 2016, p.6).

Alberto Lamego fundou assim uma leitura sobre o passado de Campos dos Goytacazes, criando de certa forma uma periodização específica pra Campos: os primeiros tempos, o domínio dos Assecas e o domínio da Coroa. Mas que isso, fundou um discurso de memória histórica de Campos e, ainda que seja objeto de muitas críticas na atualidade, é indiscutível que sua contribuição pra fundar uma memória histórica específica para Campos foi de suma importância, inserindo inclusive a cidade na construção de uma memória nacional na década de 1930. Nessa mesma época, foi colaborador do SPHAN, onde inclusive escreve um artigo para a revista do SPHAN sobre o Solar do Colégio.

Seu filho, Alberto Ribeiro Lamego, geógrafo de formação, também contribuiu com informações sobre os prédios que passavam por processo de avaliação de tombamento. Como

observa Vieira (2003), em sua pesquisa no arquivo do IPHAN, encontrou fichas assinadas pelo Lamego Filho sobre os bens imóveis com informações sobre localização, história, estado de conservação e aspecto dos imóveis de Campos que pudessem despertar interesse de conservação (VIEIRA, 2003, p. 46).

Esse movimento do SPHAN nos seus primeiros anos mostrou ser uma atividade onde prevalecia a indicação interna do órgão de bens a serem tombados. Inclusive o próprio Solar do Colégio foi candidato por solicitação interna, assim nessa fase inicial de eleição de bens ser agenciada predominantemente pelos agentes da instituição (VIEIRA, 2003, p. 73) Possivelmente o Tombamento do Solar tenha sido influenciado pelo contato que Alberto Lamego tinha com os intelectuais do órgão de patrimônio.

Em artigo da Revista do SPHAN, de 1938, Alberto Lamego escreve artigo sobre o Solar do Colégio e toma para si a tarefa de rememorar os tempos passados da sociedade campista, ainda que constate que seus escritos tenham sido lidos por um número restrito de contemporâneos. Como podemos observar no início e fim da introdução de seu artigo, nos quais dizem:

Apaga o tempo a memória dos tempos passados e cumpre aos vindouros avivá-las. (LAMEGO, 1937, p. 21).

[...] Essas páginas devem ser lidas, muito embora, seja, ainda a nossa história cultivada em deserto árido, apenas visitado por um número restrito de obreiros do nosso passado (LAMEGO, 1937, p. 22).

Nesse artigo sobre o Solar do Colégio, Lamego faz uma descrição da arquitetura do prédio permeando e combinando personagens, que viveram no Solar, aos traços de sua construção. Desenhava assim uma exaltação ao edifício e aos personagens que supunham ter passado e terem feito parte da paisagem. Em sua descrição divide a vida da edificação na fase dos jesuítas e, após a expulsão destes, a fase dos fidalgos que arrematam e se apropriam da Solar. Criava-se na década de 1930 uma aura memorável ao Solar do Colégio, elevando-o não apenas a um patrimônio da cidade, mas o conectando a uma memória nacional.

Esse movimento em busca de um passado, de uma busca de rememoração, uma vontade de memória, foi a semente de valorização dos documentos representantes de uma memória regional, que resultariam no início do século XX na criação do Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes, iniciativa que visava a preservação tanto do prédio tombado, quanto dos documentos existentes no município. Mas não foram causalidades estritamente ligadas. Várias gerações se passaram desde o tombamento do Solar e a criação do arquivo, e nelas vontades de conservar a memória específicas. Mas um ponto comum em todas foi o sentimento de preservar

os registros do passado. Essa vontade dependeu em grande parte da mudança pelo qual a universalização do ensino público, no estado e na cidade, passou até os dias atuais, incluindo nela a criação de universidade e cursos de História no Estado do RJ.

Se num primeiro momento, as ações de preservação em Campos estiveram ligadas ao movimento de construção de um patrimônio nacional, podemos eleger um segundo, ligado à atuação das Universidades no período de abertura política brasileira.

Por questões de cunho analítico, optamos por não abordar os discursos de memória de Campos nos anos iniciais da ditadura, principalmente os oficiais, por ser um período onde o obscurantismo não só foi uma característica como um objetivo político do regime então em vigor. Por ser um período histórico delicado e cheio de meandros, onde ações truculentas foram utilizadas para silenciar grupos com a ajuda um discurso oficial ufanista. Abordar esta questão extrapolaria os objetivos desse trabalho.

Em termos regionais, um movimento de pesquisa acadêmica, ainda que restrito, fez emergir uma nova procura pela documentação que servisse ao trabalho de pesquisa de teses e dissertações de inúmeros estudantes e acadêmicos. É claro que é provável que tenha existido ações individuais de valorização de documentos de arquivo, inclusive, também, entre colecionadores e genealogistas. Contudo, elegemos esse movimento de pesquisa acadêmica, surgido a partir da abertura política, pois com ele emergiu uma leitura do passado com várias frentes revisionistas, nas universidades, que estava alicerçada na pesquisa em documentação de arquivos. Esse movimento continha em si uma vontade de fazer elevar debates sobre questões sensíveis no Brasil que foram silenciados durante à Ditadura Militar Brasileira. Várias frentes temáticas foram criadas, mas as que destacaremos aqui serão a das estruturas agrárias e da escravidão, pois as mesmas suscitaram a necessidade e vontade de preservação de documentos de arquivos em áreas outrora predominantemente rural, como a cidade de Campos dos Goytacazes.

A historiadora Maria Yedda Linhares foi precursora do campo de pesquisa de história agrária, e foi responsável pela renovação metodológica e de pesquisa em fontes. A historiadora defendia a pesquisa não somente em arquivos em áreas centrais, mas também em documentação municipal e regional. A própria escolha do tema já sugeria um posicionamento político da historiadora contrária aos latifundiários. Maria Yedda atuou após a abertura política na estruturação de programas de Pós-graduação na UFF e na UFRJ. Em um texto sobre a produção historiográfica do Rio de Janeiro registrou uma de suas expectativas sobre o devir da pesquisa no momento de construção do campo:

Pensávamos numa sociedade brasileira em formação, bem mais complexa e diversificada do que fazia crer a tradicional versão da sociedade dicotômica, construída em torno do engenho e da grande fazenda de gado, dos portos abertos para receber escravos e enviar açúcar e aguardente. Pensávamos em mostrar a face oculta da lua, a outra face do país, que não produzia para enriquecer e, sim, para sobreviver (LINHARES, 1995, p.81).

Sendo precursora da linha de pesquisa, apesar de ter como objetivo principal tecer explicações das continuidades históricas, indiretamente os trabalhos historiográficos de pesquisas subsequentes deram visibilidade a uma memória silenciada de determinados atores sociais, e a valorização da pesquisa em arquivos. Visto que para responder às novas questões do presente, era necessário a mobilização de diferentes corpos documentais e novas metodologias de pesquisa histórica. Novas leituras e trabalhos suscitaram novas questões. Na experiência desses profissionais foram recorrentes a dificuldade de acesso e a constatação da péssima situação na qual se encontrava documentos públicos antigos. Principalmente nos municípios fluminenses, onde a maioria da documentação antiga, em muitos casos, não tinha o seu acesso público garantido e não estava em um bom estado de conservação. Sem falar que existiam muitos conjuntos documentais em coleções particulares. Vemos isso na fala de um dos fundadores do Arquivo de Campos, a historiadora Lana Lage, como veremos no próximo capítulo.

Na década de 80, período da abertura política no Brasil, novas dinâmicas fizeram emergir a questão preservação de patrimônio cultural, mais especificamente o documental, inclusive com a emergência de propostas de elaboração de políticas específicas para o campo de arquivos. As principais dinâmicas se deram com o processo de modernização do Arquivo Nacional sob a direção-geral de Celina Vargas do Amaral Peixoto, empossada no cargo em junho de 1980, proporcionando o fortalecimento da liderança da instituição entre arquivos públicos e profissionais de arquivo (JARDIM, 2014, p. 143-144).

Entre os anos de 1980 e 1984 o principal propósito da gestão foi recuperar o que entendia como funções primordiais da instituição, que seria a função de “apoio administrativo ao poder público; apoio à pesquisa científica e ao desenvolvimento cultural do país; apoio ao cidadão, atendendo-o nos seus direitos de acesso ao conhecimento, à informação e às provas de seus direitos” (ARQUIVO NACIONAL, 1980-1984, p.4). Isso visto que antes a instituição estava numa situação tão precária que o arquivo foi considerado como uma “ficção” pelo fato de que a instituição desconhecia parte de seu acervo que estava amontoado sem tratamento técnico. Além disso, não possuía recursos, espaço apropriado, pessoal especializado suficiente e autoridade legal (ARQUIVO NACIONAL, 1980-1984, p. 3-4). A ideia norteadora da gestão era:

[...] que o Arquivo Nacional deveria ser entendido, na sua totalidade, como órgão depositário da documentação produzida pela administração pública federal, direta e indireta, e como órgão coordenador de um sistema nacional capaz de democratizar a informação pública (ARQUIVO NACIONAL, 1980-1984, p. 4).

Dentre as frentes realizadas para a modernização do arquivo nacional estiveram a de recrutar e qualificar profissionais de arquivo; transferir o Arquivo para instalações adequadas e seguras; realizar controle físico e intelectual sobre o acervo recolhido e custodiado; e a implementação de uma legislação nacional de arquivos (JARDIM, 2014, p. 148).

Quanto a uma legislação de arquivo, foi criada uma Comissão Ministerial para propor e sugerir o texto legislativo para a criação da lei, ainda em 1980. O anteprojeto foi publicado no Diário Oficial em 1 de junho de 1981. A partir de então o mesmo foi direcionado a várias instituições para sugestões. Em 1982 foi encaminhada à Presidência da República e deu início ao processo de avaliação do projeto. Em 1984 o projeto foi encaminhado pela Presidência da República para o Congresso e tramitou por diversas comissões. Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, para promulgar uma nova constituição, o Arquivo Nacional muda de estratégia ao propor à elevação de norma constitucional o princípio de acesso à informação governamental, que é incluído no artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição de 1988 (JARDIM, 2014, p. 156-158).

Com a promulgação da constituição de 1988, o Arquivo Nacional opta por rever o anteprojeto de 1984. Um novo é proposto passa pelos trâmites e depois de resolvidos alguns entraves é aprovada a Lei nº 8159/1991 de Arquivos (JARDIM, 2014, p. 156-157). Podemos dizer que neste momento o princípio norteador da lei seja a questão da garantia de acesso à documentos públicos por parte do cidadão, ainda que não se aprofunde na matéria. Inclusive, na Exposição de Motivos do projeto de lei, que foi assinado pelo então Ministro da Justiça, dentre as justificativas técnicas, conceituais e administrativas, defendia o “direito de livre acesso e pesquisa quanto a documentos de arquivos permanentes” e o estímulo ao “desenvolvimento da pesquisa” (CAMARA DOS DEPUTADOS, 1984-1990, p.15).

Houve uma outra iniciativa de pouca duração, o Pró-Documento – Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica –, que foi criado em 1984 e durou até o ano de 1988. Criado pela Fundação Pró-Memória (1979-1990), o programa tinha como foco a preservação de arquivos permanentes da sociedade civil considerados possuidores de valor histórico. Ele tinha como competência “a coordenação de programas voltados para a formação, ampliação, circulação, conservação e tratamento de acervos bibliográficos e arquivísticos de interesse para o patrimônio cultural do país” (BASTARDIS, 2012, p. 56).

O acesso aos arquivos, mesmo numa capital de tanta importância na cidade do Rio de Janeiro, era bastante precário. Antes da reestruturação do Arquivo Nacional, os problemas de acesso eram predominantes. Em uma edição da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1986, foram publicados artigos em defesa de uma política brasileira de arquivos, que anunciavam os principais problemas dos arquivos brasileiros e as propostas de soluções para reverter a situação que se encontravam. Nesta edição, chama a atenção o relato do cientista social uruguaio René Armand Dreifuss.

Um dos primeiros a escrever uma análise da Ditadura Militar brasileira, Dreifuss relata sua experiência de pesquisa, entre os anos de 1976 e 1977, nos arquivos brasileiros e aponta suas dificuldades na pesquisa que resultou no livro *1964: A conquista do Estado*, publicado em 1981. Segundo o autor:

O acesso à documentação pública era complicado, era mais um aspecto da escamoteação das prerrogativas do cidadão. A coisa pública era tratada como privada até – ou especialmente – na informação. Havia o problema de saber onde estavam tais ou quais documentos e onde eram depositados tais ou quais arquivos, para descobrir que na maioria dos casos não eram nem depositados. Isso porque não havia registro geral de arquivos, nem órgãos coordenadores e integradores de documentação pública. Muito menos leis que regulamentassem os arquivos públicos e institucionais (incluindo até os privados que tivessem a ver com a coisa pública), nem prescrições claras, passíveis de obediência e controle a respeito dos documentos produzidos no âmbito do Estado. Não havia, enfim, a noção de que a administração pública maneja documentos que eram da nação, e não privativos dos funcionários graduados que circunstancialmente ocupavam cargos públicos (DREIFUSS, 1986, p. 27).

A vontade de memória predominante no Brasil do final do anos 80 denotou assim num sentimento de combater o obscurantismo, o silenciamento da memória de atores sociais buscando realizar a promoção e a defesa do acesso à informação. Houve muitas denúncias durante esse período nos jornais, que destacavam a destruição ou descarte de conjuntos documentais importantes (GARCIA, 1986, p.43). Tinha-se naquele momento um sentimento voltado para a construção de uma sociedade democrática constituída de uma memória nacional renovada.

Até aqui procuramos dar destaque a alguns discursos de memória que de alguma forma ressaltaram a importância da pesquisa e preservação de documentos de arquivo. Esses discursos reflexo de iniciativas para produzir uma identidade nacional, visões historiográficas, fazer emergir a memória de grupos silenciados ou uma combinação das três, confluem em diversos momentos da História brasileira para a questão de preservação de arquivos, como estratégia para reconstrução ou representação de uma memória nacional ou regional. Ou mesmo garantir

a gestão de documentos das instituições públicas a fim de garantir o acesso à informação, reflexo de maior consolidação da área de Arquivologia no Brasil.

Todos esses discursos culminaram em iniciativas pontuais que influenciaram a preservação dos documentos que foram reunidos para a criação de um arquivo público em Campos do Goytacazes. Necessidade de preservação e vontade de memória presentes em diferentes cidades brasileiras, não só nas capitais, reflexo da conjuntura política de cada época.

3 A EXPERIÊNCIA DA CRIAÇÃO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.
(Pierre Nora)

O “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística” apresenta quatro definições para o termo “arquivo”: 1- “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”; 2- “Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos; 3- “Instalações onde funcionam arquivos”; 4- “Móvel destinado à guarda de documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2013, p. 27). Já de início, ressaltamos que a abordagem do presente capítulo trata da criação do arquivo, no sentido apresentado pelo segundo verbete, enquanto instituição arquivística.

É importante fazer de início essa especificação por ser mais comum encontrar trabalhos que tratem da criação de arquivos no sentido apresentado no primeiro verbete, de conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade, pessoa ou família. Com destaque para os trabalhos sobre arquivos pessoais.

O Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes foi criado como reflexo de uma vontade de memória que há muito estava presente entre alguns atores sociais locais, que reconheciam a importância da existência de um arquivo para a preservação da memória local. Ainda assim, no processo de sua criação, houve embate de forças, com o surgimento de opositores locais ao projeto que deu origem ao Arquivo Municipal nas suas instalações atuais. Sua criação foi resultado de uma junção de forças políticas, e sua constituição material e física compôs toda uma aura simbólica ao Arquivo o vinculando ao mito fundador do município. Dessa forma, o Arquivo Municipal nasceu como uma instituição com funções arquivísticas, mas também como um lugar de memória, ou seja, como um espaço que possui aspectos material, funcional e simbólico. Assim, neste capítulo trataremos não só do processo de criação de um Arquivo Municipal como também de um arquivo como lugar de memória.

O processo de criação do Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes é direcionado por quatro atores: a historiadora Lana Lage, o museólogo Carlos Freitas, a historiadora Heloiza Manhães e o vereador Edson Batista. Neste trabalho, contamos com os relatos de dois

fundadores, um através de entrevista com Carlos Freitas e o outro, da colaboração da fundadora Lana Lage que respondeu a um questionário e me enviou as respostas escritas.

O Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes foi criado através da Lei Municipal Lei nº 7.060 de 18 de maio de 2001 e inaugurado no ano de 2002. Criado aproximadamente dez anos depois da Lei Federal 8.159/1991, conhecida como Lei de Arquivos. Esta lei, ainda em vigor, prevê no artigo 17, que “a administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais”. Contudo, apesar de fazer menção às instituições arquivísticas municipais, desde a criação da lei, o número de arquivos municipais era e continua bem reduzido, sendo a maioria instalados nas capitais brasileiras.

Campos dos Goytacazes era um exemplo de cidade do interior que, apesar ter um número significativo de população, uma importância econômica regional e ter uma certa antiguidade e papel histórico relevante, não possuía um arquivo municipal enquanto instituição apesar de frequentemente expressarem essa necessidade no jornal local.

Um exemplo de iniciativa que tinha preocupação com a preservação dos documentos antigos do município, foi a organização da Jornada de Trabalho do Laboratório de Análise do Processo Civilizatório da UENF em dezembro de 1996. Tal jornada teve como tema as contribuições para a memória do Norte-Fluminense e resultou na publicação dos anais do evento no ano seguinte. Analisando este documento, fica claro que o foco do evento não era a criação de um arquivo público, mas denunciar as condições que se encontravam os documentos históricos da região, e propor uma solução para resguardá-los. É ressaltada nos anais a defesa da memória, as fontes históricas e a preocupação com a pesquisa do passado regional. Isso fica claro no texto da coordenadora do evento Simone Teixeira quanto faz um balanço final do evento:

A proposta do Laboratório de Análise do Processo Civilizatório fundamenta-se numa perspectiva essencialmente histórica. Para tanto faz-se necessário conhecer e organizar as fontes documentais históricas que permitam o desenvolvimento da pesquisa histórica.

Impõe-se, na atualidade, que o trabalho historiográfico não se restrinja ao simples exame das fontes documentais escritas. A pesquisa histórica deve ter um caráter interdisciplinar, no sentido de propor-se a plena mobilização de todas as fontes documentais existentes e disponíveis, com o fim de produzir um exame mais profundo dos condicionantes históricos que resultem em uma explicação eficiente do presente (TEIXEIRA, et al., 1997, p. 79).

Foi produzido um documento final, aprovado em plenária, que afirmava que as palestras do seminário “[...] sinalizaram a importância da memória para a formação da identidade e construção do futuro da própria região, o que não pode ser feito sem a preservação da

documentação histórica. Como observou Alberto Lamego: ‘sem fontes, não há história’” (JTLAPC, 1997, p.80). Subscreveram o documento representantes da UENF, UFRJ, UERJ, UFF, UFF-CAMPOS, Universidade Estácio de Sá, Universo, Faculdade de Filosofia de Campos, Escola Técnica Federal de Campos, Arquivo Histórico do Exército, Instituto de Arqueologia Brasileiro, Instituto Histórico de Campos dos Goytacazes, Instituto Histórico de Macaé, Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima – museu de Campos, Museu de Imprensa Silva Arcos, Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Quissamã, Departamento de Turismo -CODEMCA, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Educação Aldo Muylaert, Rotary Club de Campos e algumas outras pessoas interessadas. Vemos assim, que nessa iniciativa houve o intuito de mobilização de Instituições Universitárias locais e da Capital, como também de importância cultural.

Nesse documento final foram listadas constatações e recomendações formuladas após a apresentação das comunicações dos pesquisadores participantes do evento. Dentre as constatações estava o conhecimento de fontes inéditas desorganizadas, algumas em estado precário de conservação, e em alguns casos com pedido para incineração, documentos doados como papéis velhos, além de extravio de documentos de responsabilidade da Prefeitura. Com relação às recomendações, destacamos a preocupação em manter tais documentos na região e evitar transferência deles para instituições fora do Município de origem e a proposta de guarda desses documentos ficarem sob responsabilidade da UENF (documentos textuais) e da Escola Técnica Federal de Campos (Acervo iconográfico). A justificativa era de que, estando sob guarda de uma instituição, poderiam assim carrear recursos, para fazer o tratamento técnico, junto a órgãos financiadores.

Vemos assim, que houve iniciativas anteriores ao projeto que deu origem à criação do atual Arquivo Municipal, com uma preocupação centrada nos documentos considerados históricos e o seu potencial de fonte de pesquisa.

Nesse evento conhecemos a vontade de memória que reunia diversos pesquisadores da História Regional e o tom de denúncia expresso no texto de alguns participantes:

Durante o período em que estivemos trabalhando, percebemos as precárias condições de armazenamento de toda a documentação e o descaso com que tal fato é tratado pelas autoridades, como se ignorassem (ou quisesse ignorar) o que significa para a sociedade o conhecimento de sua história.

Entendemos, entretanto, que os documentos antigos e demais fontes históricas, tão importantes para a memória da região, não podem ser tratados simplesmente como papéis velhos que servem apenas e tão somente para ocupar espaço e guardar ácaros, fungos e bactérias. É fundamental que reconheçamos a importância das fontes

históricas, uma vez que guardam boa parte da memória de um povo. Um povo sem memória não tem passado. Uma sociedade que desconhece o seu passado não evolui. Faz-se mister a implantação de um arquivo regional, onde possamos ter seguros e acessíveis os velhos livros que podem nos oferecer novas perspectivas históricas. (CONCEIÇÃO, et al., p. 77, grifo nosso).

Vemos assim, indiretamente, que o esquecimento regional se refletia ao estado que as autoridades locais relegavam aos documentos, contribuindo com o estado de deterioração, e desorganização, que dificultava, quando não, impedia o acesso e comprometia a segurança de documentação com relevância social.

Essa vontade de memória, ligada à preocupação com a conservação e acesso dos documentos públicos municipais e de interesse público esteve presente na fala dos fundadores do APMC. Contudo a amplitude de acesso, presente nos anais desse evento, foi redimensionada com a criação de um arquivo público, pois amplia a noção dos usuários, não só destacando ao pesquisador mas considerando a utilização e acesso dos documentos pelo cidadão em geral.

A ideia de criação do atual Arquivo Público Municipal de Campos nasceu também dessa inquietação de pesquisador que ao questionar o passado da sociedade local de Campos do Goytacazes se deparou com o silêncio da pressuposta falta de documentos públicos necessários à pesquisa. Segundo Lana Lage, o que a motivou na criação um arquivo público na cidade de Campos foi sua experiência na pesquisa realizada durante seu curso de mestrado em História do Brasil, realizado na UFF no início dos anos 1970. Ela teria encontrado muita dificuldade “para encontrar os documentos de Campos [dos Goytacazes] referentes ao processo abolicionista (particularmente à atuação de Carlos de Lacerda) e às rebeliões e atos de resistência dos escravos na última década da escravidão” (LAGE, 2017). Encontrar os documentos derivava de muita procura e as vezes dependia do acaso, como ela relata que só foi encontrar os documentos que precisava “na antiga Sala Matoso Maia, em Niterói, meio por acaso, por causa de uma exposição em que estavam expostos documentos fundamentais para a minha pesquisa” (LAGE, 2017).

Foi como pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF, no ano de 2000 que surgiu, para Lana Lage, a possibilidade de criação de um arquivo público adaptando um prédio histórico tombado pelo IPHAN que havia muito tempo desocupado. A historiadora relata como surgiu essa oportunidade:

Na minha posse como pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF, em 2000, o então Secretário de Ciência e Tecnologia, Professor Wanderley de Souza, que havia sido o primeiro reitor da UENF, me perguntou o que eu faria com os dois solares que estavam ligados à Universidade: o Solar do Colégio e o Solar da Baronesa. Imediatamente disse que no Solar do Colégio implantaria o arquivo municipal de Campos e que iria pensar sobre o outro, que pertencia à Academia Brasileira de Letras,

mas estava, a partir de um comodato, sob a guarda da UENF. E realmente fiz depois um projeto para a instalação de um Memorial do Norte Fluminense no Solar da Baronesa, que foi entregue à Secretaria de Ciência e Tecnologia, mas que, no entanto, nunca saiu do papel (LAGE, 2017).

O Solar do Colégio foi tombado em 1946, inscrito no Livro de Belas Artes sob o número 308 e no Livro Histórico sob o Livro 243 sendo considerado como um exemplar da arquitetura jesuítica e portuguesa (FERREIRA, 2014, p. 28). Apesar de ter sido um prédio que teve seu valor elevado por Alberto Lamego nos últimos anos da década de 1930, o Solar passou por uma fase de abandono a partir do ano de 1980, quando foi definitivamente desocupada pelo então proprietário João Batista Vianna Barroso, em decorrência de sua morte. No ano de 1984 a imissão de posse foi dada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro (FERREIRA, 2014, p. 28).



Figura 2 - Solar do colégio, sede do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes. Fonte: Prefeitura de Campos

Com o intuito de dar uma função ao prédio do Solar do Colégio, a escolha acabou juntando o poder simbólico do local com a importância histórica reconhecida dos documentos recolhidos na instituição. O próprio edifício por assim dizer pode ser considerado um documento carregado de significados que foi apropriado em cada época por aqueles que frequentaram ou viveram em sua vizinhança.

Larissa Ferreira (2014) discorreu sobre a importância local do Solar, segundo a autora:

O solar apesar de ter sido em quase toda sua existência propriedade particular, teve várias funções ao longo dos anos: foi instituição religiosa desde a sua construção até o século XX, enquanto esteve em posse da família Barroso. Foi residência dos jesuítas e posteriormente dos Vicente dos Reis e os Barrosos, e hoje é uma instituição pública de atendimento à população. Em todas as suas fases, o Solar atendeu às necessidades da população que vivia em suas proximidades, e que tinha a necessidade de trabalho, de vivência religiosa, de representatividade e de organização coletiva e social, sendo um local que lhe fornecia assistência das mais diversas formas (FERREIRA, 2014, p. 22).

Como a autora menciona, o Solar foi construído em 1652 pelos Jesuítas e permaneceu com os religiosos até 1759. Em 1781 foi arrematada pelo comerciante de escravos Joaquim Vicente dos Reis. Em 1813 Joaquim Vicente falece e deixa o Solar para um de seus genros, Sebastião Gomes Barroso, e o prédio permanece sob posse da família Barroso até 1980 (FERREIRA, 2014, p. 24-26). Até a obra de restauração por que passou por depredação e ação de vândalos.

Até a criação do Arquivo, no ano de 2001, o Solar passou por obra de restauração com o intuito de abrigar no prédio o projeto de criação de uma Escola de Cinema na UENF, idealizada por Darcy Ribeiro, contudo o mesmo não foi realizado, e posteriormente passou por reforma para adequar o prédio para ser sede do APMC.

A escolha do Solar como sede do Arquivo Municipal gerou discordância entre professores e intelectuais da cidade e tal oposição foi eleita pelos como a maior dificuldade enfrentada para implementar o projeto do arquivo, segundo os relatos de Lana Lage e Carlos Freitas. A oposição à instalação do Arquivo Municipal no Solar foi recorrentemente noticiada nos jornais locais.

O jornal *Folha da Manhã*, em matéria publicada 20 de junho de 2000, apresentava os questionamentos, referentes à implantação do arquivo municipal no Solar do Colégio, levados à redação por um grupo identificado na matéria como “Grupo Informal de Defesa do Patrimônio Cultural do Norte-Noroeste do Estado do Rio de Janeiro”, formado por “professores envolvidos com a preservação de arquivos históricos” (POLÊMICA...,2000). A matéria relata que o grupo entregou alguns documentos ao jornal assinados por representantes de algumas instituições culturais e de educação. Eles alegaram que o prédio não poderia abrigar um arquivo pois o mesmo não possuía estrutura adequada para abrigar um arquivo público, denunciando também, que o prédio seria localizado numa baixada alagável e que os documentos ficariam expostos à umidade. Alegaram ainda, que o acervo poderia ser acometido por cupins, e reclamaram que na época, nas vizinhanças do Solar, havia plantações de cana-de-açúcar onde poderiam ocorrer incêndios e afetar aos documentos, e que o local seria muito distante dos bairros centrais de Campos dos Goytacazes.

Segundo Lana Lage as críticas foram levantadas dentro da UENF, envolvendo também alunos, que mobilizaram vários meios de comunicação com internet e jornais, tendo inclusive realizado denúncia no CONARQ de que a implementação do projeto colocaria em risco documentos. A historiadora afirma que essa foi uma parte desgastante, pois a todo momento tinha que justificar a viabilidade de realização do projeto, sugerindo que a maior insatisfação, do grupo que se opunha, estaria no fato de que parte dos documentos que estavam sob a guarda

da UENF, seria recolhida pelo arquivo municipal após sua criação, pois, conforme política do CONARQ, só poderiam ficar sob a guarda de instituições universitárias nos casos de risco iminente de destruição dos documentos históricos.

Freitas (2018) também relativizou os motivos de oposição ao projeto. Para ele mais do que uma discordância quanto à viabilidade técnica da adequação do Solar, a oposição era resultado de questões políticas locais. A maioria, segundo ele, das pessoas que se opuseram eram conhecidas localmente, e tinham certo atrito com a com servidores da UENF.

Independente dos motivos sugeridos pelos fundadores do Arquivo para essa disputa e tentativa de inviabilizar a sua instalação no Solar, esse embate refletiu o poder político que os arquivos suscitam, e que gerou certa queda de braços entre os fundadores ligados à UENF e grupos locais, como também dentro da própria Universidade, revelando disputas presentes no meio acadêmico.

Para verificar a viabilidade da instalação foi solicitado, pela então Diretora do APERJ Jessie Jane Vieira de Sousa a avaliação da então presidente da Câmara Técnica de Conservação do CONARQ, Ingrid Beck, para fazer um parecer sobre a viabilidade técnica e operacional do Solar para abrigar os documentos de arquivo. Foi realizada uma visita em fevereiro de 2000, onde foi constatado que o terreno onde situa-se o Solar:

[...] é seco e possui boas condições de drenagem, em casos de fortes chuvas. Localiza-se em área rural onde o ar se mantém livre de poluentes comuns dos ambientes urbanos, oferecendo melhores condições de preservação do acervo documental. A área do entorno conota com pouca vegetação, estando, portanto, mais sujeita a acidentes com ventos, raios e chuvas. Contudo, tais fatores podem ser previstos e contornados (ANTEPROJETO DE IMPLANTAÇÃO..., 2000).

Ingrid Beck fez algumas orientações, contudo não foi contrária a implantação do Arquivo no local. Na conclusão de seu relatório, a especialista transparece entusiasmo ao afirmar que “o processo de ocupação do Colégio do Jesuítas poderá ser um modelo para a adequação de inúmeros prédios históricos existentes no país, a esta nobre função de proteger o patrimônio documental” e conclui exaltando a experiência que o usuário do arquivo poderia vivenciar, pois “além de preservar o patrimônio e garantir o acesso à pesquisa, o Colégio poderá proporcionar ao pesquisador residente o prazer de usufruir esta joia da arquitetura colonial, no belo ambiente rural de Campos dos Goytacazes” (ANTEPROJETO..., 2000). Tais palavras confrontam diretamente aos críticos locais que reclamaram da localização e distância do Solar da parte central de Campos.

No início da concepção efetiva do projeto de instalar o Arquivo Municipal no Solar do Colégio, a historiadora Lana Lage da Gama Lima, convidou Carlos Roberto de Bastos Freitas,

então funcionário da UENF, para coordenar os trabalhos instalação do Arquivo, visto que ele tinha realizado curso no exterior de instalação de instituições culturais em prédios históricos. Freitas também tinha especialização em preservação de patrimônio cultural, formação em restauração, trabalhando inclusive como chefe da restauração do Arquivo do Estado. Lana Lage contou também com a colaboração da historiadora Heloisa de Cácia Manhães Alves, sua antiga orientanda de mestrado na UFF, que tinha muito conhecimento em patrimônio e história de Campos e conhecia vários conjuntos documentais da cidade. Em relatório feito por Carlos Freitas, em 13 de abril de 2000, as ações de pesquisa – incluindo levantamento de fontes documentais de Campos, levantamentos de livros e teses sobre o município e sobre o Solar, identificação de acervos a serem recolhidos – são desempenhadas desde o ano de 1999, contando em diversas vezes com o apoio da Heloisa Alves.

Segundo relato de Freitas (2018), grande parte da documentação de valor permanente estava dispersa, e em sua maioria, sem tratamento técnico e em condições inadequadas, e em locais impróprios de armazenamento e conservação. Na implementação do Arquivo foram recolhidos vários conjuntos documentais nessas condições de diversas instituições. O primeiro acervo recolhido foi o de jornais locais, que estava depositado no Palácio da Cultura, sede da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, com destaque do acervo do *Monitor Campista*, um dos documentos mais consultados por pesquisadores atualmente no APMC.



Figura 3 - Acervo de Jornais do Arquivo Municipal de Campos.

Outro conjunto, formado por documentação administrativa do município datada principalmente do século XIX, que estava sob a guarda da UENF, foi recolhida pelo Arquivo com o apoio do então Reitor Salassier Bernardo, ainda que alguns professores tenham se oposto à saída da documentação da Universidade.

Outra documentação recolhida foi a produzida pelo 2º Cartório de Campos dos Goytacazes. Segundo Freitas (2018), o único cartório com documentação mais antiga que ainda

tinha armazenada em suas dependências e sob sua guarda documentos que expressavam a atuação cartorial passada e que concordou que fossem recolhidos ao APMC. Outros cartórios não localizaram documentação de igual antiguidade que pudesse ser recolhida.

No Fórum Nilo Peçanha, também havia uma documentação muito importante, datadas do século XVIII até 1968, oriunda do Fórum da Comarca de Campos dos Goytacazes prédio que foi sede da justiça até o ano de 2007. Atualmente no Palácio Nilo Peçanha funciona a Câmara dos Vereadores. Na época de criação do Arquivo Municipal foi identificado um significativo acervo da justiça, inclusive misturado com documentos de cartórios que funcionaram no subsolo do Fórum.

No processo de implementação do Arquivo, a instituição arquivística contou também com a documentação de algumas secretarias municipais, doação de particulares, e com acervos microfilmados, tais como o Acervo da Coleção Alberto Lamego, oriundo do Instituto de Estudos Brasileiros em São Paulo, e documentos sobre Campos que fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional. O APMC possui também a coleção de documentos digitalizado do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Portugal. Essas reproduções de acervos foram doadas ao Carlos Freitas, que foi não só um dos fundadores do Arquivo, mas também foi Diretor da instituição, da sua fundação até os dias atuais (FREITAS, 2018).

Quanto a articulação política na Câmara Municipal, para a criação do arquivo através de Lei Municipal, ficou a cargo do Vereador Edson Batista, que apoiou o Arquivo em inúmeras vezes, e posteriormente também. Lana e Carlos Freitas apresentaram as informações técnicas e legais referentes a um arquivo municipal e da relevância da instalação de um em Campos, e a Lei de arquivos era utilizada para respaldar a necessidade de sua criação, garantia de sua manutenção e estrutura de funcionamento (FREITAS, 2018).

O autor do Projeto de Lei Municipal nº 0049/01, no texto de justificativa do PL define Arquivo, apresenta as suas finalidades, a sua abrangência, seu o alcance e apresenta uma relação documento/arquivo/registro com a memória. Apesar do texto ser breve, ele ressalta a noção de arquivo como testemunho, como fonte de conhecimento, de relevância para a pesquisa, como também registro do passado que ultrapassa os limites do município. Para ele a memória está atrelada aos registros de arquivos, e desta forma “a memória de nossos dias, gravada indelevelmente nos registros do Arquivo, além dos acontecimentos e as iniciativas tomadas” (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTCAZES, 2001).

A lembrança é algo tão enfatizado pelo vereador, que ele registra no texto sua noção de porvir, assim no final do documento faz o seguinte registro: “E, assim numa época futura, daqui há muitos e muitos anos alguém verificará que em 2001 a Câmara Municipal aprovou e o

prefeito sancionou a criação do presente arquivo que servirá como prova de confiança no futuro e respeito pelo passado desta região” (CÂMARA MUNICIPAL..., 2001).

Desta forma, é aprovada a Lei Municipal nº 7.060, de 18 de maio de 2001, que versa sobre a criação do Arquivo Público Municipal. O texto da lei aponta que o Arquivo fica subordinado à Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, Fundação esta que tem, dentre outras atribuições e competências, a de desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio histórico cultural e artístico da cidade. A Fundação fica ainda subordinada à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Desta forma o Arquivo Municipal ficou numa posição periférica na estrutura municipal. No organograma divulgado no site da prefeitura o Arquivo nem aparece na estrutura de poder da Prefeitura.

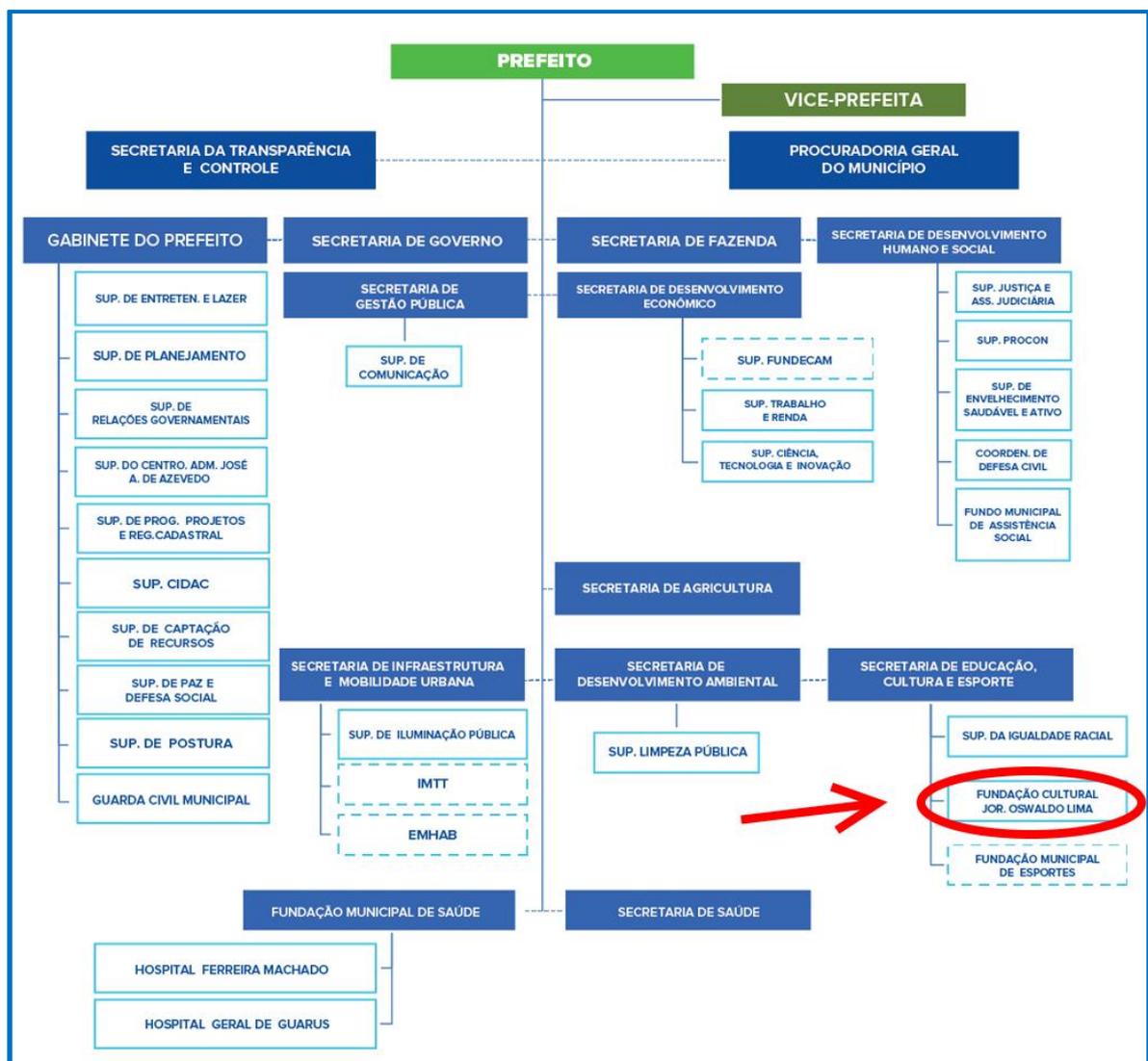


Figura 4 - Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

Fonte: <http://www.campos.rj.gov.br> (acessado em maio de 2019).

Segundo o relato de Carlos Freitas (2018), no momento da criação do Arquivo, o apoio recebido pela Prefeitura foi tão modesto, que a lei de criação do arquivo foi aprovada em maio 2001, mas somente em outubro do mesmo ano, mediante ação do Ministério Público e um Termo de Ajuste de Conduta, que foi possível montar equipe para trabalhar na instituição recém criada.

Ainda assim, na lei municipal de criação do arquivo, as finalidades da criação da instituição são bem abrangentes, mas prevalecem suas funções de guarda, preservação e garantia de acesso dos arquivos sob sua custódia, ainda que, em sua relação com a prefeitura, sejam apontadas sua função de orientação técnica às unidades setoriais e a de estabelecimento de normas para os arquivos do município. Desta forma, conforme o Artigo 2º, da Lei nº 7.060/2001, são cinco as finalidades do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes:

- I – orientar tecnicamente a execução das atividades de protocolo e arquivo nas unidades setoriais da Prefeitura;
- II – estabelecer normas de organização e funcionamento para os arquivos do município em todo o seu ciclo vital;
- III – guardar e preservar os documentos de valor permanente produzidos, recebidos e acumulados pelos órgãos da Prefeitura no exercício de suas funções;
- IV – garantir acesso aos documentos e às informações neles contidas, observadas as restrições legais;
- V – guardar e preservar os documentos de origem privada, declarados de interesse público e social, na forma da legislação vigor (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2001).

As ações de elaboração de projeto para criação e instalação de um arquivo municipal em Campos foram realizadas entre os anos de 1990 e 2002. Nesta mesma época o CONARQ possuía um documento publicado de incentivo à criação de arquivos municipais sob o título: *Subsídios para a implantação de uma política municipal de arquivos - o arquivo municipal a serviço dos cidadãos* (CONARQ, 2000). Neste documento, há de forma detalhada, ainda que resumida, todas as etapas que seriam necessárias para a criação de um arquivo municipal. Avaliando o documento, percebemos sua influência nas ações dos fundadores do Arquivo de Campos. Inclusive, no próprio relato de Lana Lage (2017), há menção do conhecimento da historiadora da política de incentivo do CONARQ, do qual ela foi membro, na época. Lana Lage lembra do uso que fez desse documento na idealização do projeto e das normas de funcionamento do Arquivo. O próprio texto da lei de criação do Arquivo de Campos foi nitidamente influenciado pela minuta sugerida com parâmetro pela publicação do CONARQ, de modo que, as finalidades do Arquivo Municipal, expostos na lei, são exatamente as mesmas contidas na minuta apresentada pelos *Subsídios*. Seria interessante avaliar como, durante os anos posteriores a sua criação, o Arquivo de Campos exerceu suas ações, tendo como parâmetro

comparativo suas finalidades descritas em lei, para mostrar a relação entre prática e dispositivo de lei, e se mesma representou apenas um papel meramente burocrático, contudo tal questão extrapola os objetivos deste trabalho acadêmico.

Percebemos outras influências dos *Subsídios* do CONARQ (2000) nas etapas seguidas pelos fundadores para a criação do Arquivo Municipal. O documento apresentava os pontos que deveriam preceder à criação do Arquivo, como o levantamento dos seguintes itens:

- Conjunto de documentos já acumulados (órgão ou órgãos onde existiam documentos acumulados, estado de conservação e condições do local em que se encontram armazenados, datas ou períodos de sua produção, se estão identificados, se ainda estão sendo consultados pelo órgão a que pertencem, se já houve eliminação de alguma parte do conjunto, qual a quantidade etc.);
- História do município e, especialmente, da administração municipal;
- Legislação municipal (Lei Orgânica do Município, leis e decretos referentes à estrutura organizacional e ao *funcionamento* da Prefeitura, leis sobre *criação de órgãos e cargos*);
- Recursos financeiros, orçamentários ou de outras fontes, como convênio, patrocínios etc., para construção do prédio ou adequação de instalações já existentes e para a compra de móveis e equipamentos (estantes, arquivos, fichários, mesas, cadeiras, máquinas de escrever, computadores etc.);
- Receita orçamentária para a criação de cargos de chefia e, ainda, para admissão de servidores que integrem o quadro de pessoal ou, não sendo possível, o uso da verba disponível para cursos destinados à obtenção de conhecimentos da área de arquivística ou, ainda, estágios e visitas em arquivos que possam servir de modelo;
- Atos oficiais sobre documentos (leis, decretos etc. sobre o trato de documentos). Caso o município não os detenha, poderão os mesmos ser consultados em outros arquivos da região, inclusive o do estado, ou, quando necessário, mediante solicitação ao Conselho Nacional de Arquivos – CNARQ/Arquivo Nacional;
- Principais termos utilizados no trato de documentos, ou seja, o vocabulário que marca o significado de atos, fatos e documentos na área arquivística e administrativa (CONARQ, 2000, p. 06. Grifo do autor).

Após o levantamento desses itens, há a orientação de realizar questionamentos quando da existência de um arquivo no município em que se pretende cria-lo. Para tanto o documento sugere as seguintes ações:

- Avaliar as necessidades, prever a abrangência e verificar as atividades do órgão a ser criado;
- Verificar a real necessidade de criação de um arquivo municipal, com as características indicadas neste texto;
- Avaliar a necessidade de construção de prédio ou aproveitamento de instalações já existentes (CONARQ, 2000, p. 07).

Não avaliamos nesta pesquisa, se todas as propostas desse documento foram seguidas à risca. Mas pontos de influência e divergência foram identificados, no relato dos fundadores e nos documentos avaliados por esta pesquisa sobre a criação do Arquivo de Campos. Como influência podemos exemplificar o levantamento da história e do acervo presentes no município, que estavam dispersos e que poderiam vir a serem recolhidos para fazer parte do seu

acervo e a escolha de adequação de prédio já existente. Como divergência, a cartilha do CONARQ sugere que o arquivo deverá servir à administração pública e situar-se próximo à chefia do poder executivo ou secretaria municipal de governo, mas o Arquivo de Campos em sua criação foi vinculado à uma secretaria que trata da área de Cultura.

A influência dessa cartilha, que foi escrita por Helena Côrrea Machado – também uma das autoras do livro *Como implantar arquivos públicos municipais* (1999) do Arquivo do Estado de São Paulo –, na ação dos fundadores do Arquivo de Campos, mostra a importância do papel diretivo do CONARQ, e como ele pode orientar ações reais de criação de arquivo municipal. Atualmente o órgão conta com publicações atualizadas sobre a criação de arquivos municipais.

O projeto de criação de arquivo municipal em Campos recebeu apoio de instituições públicas ligadas à produção e difusão do conhecimento, principalmente da UENF, sem o qual não seria possível a sua realização, segundo opinião de Carlos Freitas, que destacou no seu relato o fato de já de início Universidade ter garantido a viabilização do uso do Solar. Lana Lage, ao ser indagada sobre o apoio recebido, ressalta aqueles apoiadores que em sua percepção foram mais essenciais. Segundo ela:

O apoio foi dado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e pela UENF, que aprovaram o projeto, e pela FENORTE, que financiou a reforma do prédio, que havia sido restaurado 4 anos antes para abrigar a Escola de Cinema da UENF, idealizada por Darcy Ribeiro, e que não se concretizou. Tive apoio também do CONARQ e do Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro, a quem cabia apoiar a criação de arquivos municipais. E tive o apoio do vereador Edson Batista, sem que o arquivo não teria sido criado pela Câmara de Vereadores. Coube a ele toda a negociação política para a sua criação (LIMA, 2017).

Esse papel da UENF, na criação do Arquivo, ressalta a importância política e regional da Universidade na sociedade local, mas não só isso. Ela chama a atenção da necessidade do engajamento de outras instituições públicas, além do Arquivo Nacional e de outras instituições arquivísticas públicas, na promoção da importância dos arquivos públicos municipais. Reconhecendo todos os papéis sociais que o arquivo enquanto instituição assume, tais como o de otimizar a circulação e acesso da informação na administração pública, ou o de preservação dos documentos públicos de valor histórico, os arquivos também assumem um papel relevante na construção do conhecimento por preservar documentos que guardam vestígios dos saberes produzidos em gerações passadas.

Freitas destaca o apoio técnico recebido do APERJ e do Arquivo Nacional, bem como o apoio quando à capacitação de funcionários para trabalhar no arquivo, mesmo porque não é só de documentos, prédio e mobiliários que se faz um arquivo. A região não conta com um

curso de arquivologia, e muitas vezes foi necessário o deslocamento de profissionais para a realização de treinamentos. Instituições de ensino da cidade, incluindo o Instituto Federal Fluminense, também ofereceram apoios diversos ao Arquivo.

A criação Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, mostra que mesmo havendo necessidade real da existência de um arquivo público em um município, somente a existência de condições políticas favoráveis tornam possível sua criação e implantação. E que, também essas condições políticas vão desenhar o papel que o arquivo assumirá no município. O Arquivo de Campos, nasce de uma necessidade local vinculada à uma vontade de memória, levantada há décadas por intelectuais que viam a necessidade de um arquivo público para a preservação de memória local, prevalecendo, bem antes de ser implantado, o aspecto histórico cultural de um arquivo enquanto instituição. Aspecto esse, que não só influencia o apoio e a defesa de sua criação, como acaba desenhando o principal papel que a instituição assume após a criação no município. Mesmo porque, segundo observação feita pelo diretor do Arquivo de Campos, a estrutura administrativa da Prefeitura de Campos nunca viu necessidade de implantação de um arquivo público no município (FREITAS, 2018).

A importância dos documentos reunidos para sua criação do acervo, incluindo o Solar do Colégio, revestiram o local de elementos simbólicos que ligaram a instituição a própria formação histórica do município, mesmo que na visão de seus fundadores, a escolha do prédio tenha envolvido questões práticas e funcionais. Para Freitas (2018), a escolha do Solar como sede do arquivo foi feita com vistas de o local ser mais acessível, dentre as opções de prédios que histórico que se tinham à disposição, pois apesar de ser uma região rural, havia linha de ônibus na porta. Outro elemento, era o de que o edifício oferecia condições ambientais favoráveis à preservação de documentos, oferecidas pela localização geográfica e pelas características da arquitetura jesuíta que possui paredes grossas de mantém a temperatura estável. E por fim, o fato do Solar ter passado por restauração recente, na época, o que tornou menos dispendiosa a adequação para o edifício ser utilizado como arquivo, ou seja, local de guarda de documentos.

Analisando o relato de Lana Lage, a escolha do solar partia de uma preocupação de preservação tanto do patrimônio edificado (o Solar) quanto do patrimônio documental disperso e acumulados e armazenados de maneira inadequada por diversos locais. Desta forma se apreende a noção dupla de preservação, pois dar a função de arquivo ao Solar, contribuiria para a conservação do patrimônio edificado, e criar um arquivo municipal contribuiria para reunir, preservar e dar acesso ao patrimônio documental da cidade. Patrimônio edificado tombado e Patrimônio documental investiria um ao outro poder simbólico necessário para garantir a

preservação de um patrimônio ameaçado sofrer deterioração completa devido ao descaso do poder público com esses bens.

Podemos afirmar que o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes nasceu um lugar de memória, dentre outros fatores por reunir documentos de valor simbólico para o município, e transferir esse valor à instituição.

Em termos teóricos, arquivos podem ser pensados de muitas maneiras. Mas, no presente trabalho, destacamos um caso no qual uma instituição arquivística pôde ser considerada como um lugar de memória. E sobre esse potencial que alguns arquivos apresentam, Murguia (2011) afirma que:

Los archivos pueden ser símbolos y lugares de memoria. Como concepto, simbolizan el pasado, pero un pasado como comienzo, como búsqueda de un origen que se manifiesta en la pregunta *¿de dónde vengo? Entonces, ¿quién soy yo?*. Como lugar simbolizan, en las ciudades, el poder del Estado moderno, de las instituciones civiles y oficiales, como también de los movimientos sociales. En lo cotidiano, estos lugares son apropiados de forma difusa, espontánea y temporal con diversos fines (entre ellos la memoria) por los individuos y los grupos (MURGUIA, 2011, p. 31-32).

O Arquivo de Campos se apropriou do simbolismo do patrimônio que possui, do Solar que possuiu e passou a ter, e avaliando as diversas valorações a ele atribuída, podemos ver como esses lugares são apropriados de forma difusa, espontânea e temporal. Se nos anos 30 Lamego exaltava as características da edificação jesuítica, outras apropriações se deram por outros indivíduos e grupos diferentes no tempo. O Solar teve um significado antigo para o morador local, como exemplo existe o fato de que muitos deles ainda reconhecem o lugar como local religioso, inclusive até hoje há realização algumas atividades religiosas no local. Para o pesquisador da história da região o Solar adquire outro significado. Isso fica explicitado na cerimônia de inauguração do Arquivo. Reunindo diversas pessoas de instituições importantes da área de arquivos, a cerimônia fez referência às origens eclesiásticas do prédio e à um grupo esquecido quando se referem à construção do edifício do período colonial, as pessoas escravizadas que o construiu.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cidade de Campos dos Goytacazes, mesmo tendo uma importância econômica, histórica e social para o Estado do Rio de Janeiro, além de uma ocupação que remontam ao período colonial, não possuía um arquivo municipal, enquanto instituição, até o ano de 2001. Os discursos de memória referentes à história fluminense e municipal, revelaram uma vontade de memória que por vezes suscitaram a necessidade de construção de um arquivo municipal na região.

A ausência de discursos históricos, que revelassem a atuação de grupos sociais silenciados nos discursos historiográficos fluminense, ressaltou a importância de preservação de documentos públicos antigos da região. Contudo, quando o pesquisador ia buscar essa documentação se deparava com sua dispersão, falta de tratamento técnico, mal estado de conservação, inadequação de armazenamento e dispersão da documentação, o que afetava a garantia de acesso.

A situação política brasileira, estadual e municipal interferiram e influenciaram ações de preservação de patrimônio, guiados por discursos de memória que refletiam a vontade políticas em diversos momentos. Na década de 30, a busca pela construção de uma nacionalidade, resultou no tombamento de diversas edificações que refletiam o passado fundante do país, bem como ressaltava a preferência por edificações que expressavam a presença lusitana pelas cidades do país. Alguns edifícios de Campos foram tombados, contudo a ação não representou garantia de conservação desses imóveis.

Após a lacuna do regime ditatorial, onde o obscurantismo foi predominante, o movimento de abertura política fez emergir a importância dos arquivos, que se encontravam em situação crítica, e a necessidade de garantia do acesso à informação pública pelos cidadãos. Nesse período há uma reformulação do Arquivo Nacional, e um movimento político para a criação de uma lei de arquivos, que ocorreu simultaneamente aos movimentos de promulgação de uma nova constituição para o país. Contudo a Lei de arquivos só se tornou realidade três anos após da promulgação da Constituição de 1988.

Em Campos, no início dos anos 90, foi criada a UENF, que se mostraria importante na implantação de projetos na região, inclusive nos ligados à cultura e memória regional. Idealizada por Darcy Ribeiro e fruto de uma demanda antiga da cidade, a Universidade gerou disputas políticas entre forças locais e estaduais, contudo imprimiu sua importância à localidade.

Os arquivos públicos têm um papel fundamental em sociedades democráticas, pois garantem o acesso às informações públicas que são importantes no exercício de cidadania. E a criação do Arquivo municipal, ainda que não explicito no relato dos fundadores, carregou em si esse movimento percebido após o fim da ditadura de garantir o acesso à documentos públicos, no caso deste objeto, de documentos produzidos na esfera municipal.

O número de municípios que possuem arquivo público nas regiões fluminenses ainda está muito aquém do ideal, mesmo porque não se percebe muito interesse das prefeituras em sua criação e manutenção. O que acaba mostrando como é difícil se desvencilhar dessa tradição de opacidade do setor público, mesmo após com a criação da lei federal 12.527/2011.

O Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, nasceu de uma vontade de memória, sustentada principalmente por intelectuais regionais. Criado em 2001, dez anos após da criação de lei de arquivos, o arquivo nasceu da atuação de agentes ligados à UENF, e com apoio dessa de várias instituições. A prefeitura teve um papel modesto, ou mesmo pouco significativo, na iniciativa.

O papel histórico cultural do Arquivo de Campos é o mais ressaltado em todo processo de sua criação. Seja para sensibilizar apoio, seja para combater a dificuldade de acesso aos arquivos, que continham documentos sobre o município dispersos e na maioria dos casos sem organização e armazenados inadequadamente, se percebe, nas ações dos fundadores, uma preocupação com a preservação do patrimônio documental e arquitetônico, evocando os potencias de memória e história que ambos documentos carregariam em si. Pois antes da criação do Arquivo, havia apenas o conhecimento da existência de documentação antiga e importante para o conhecimento do passado da cidade, mas que não havia acesso garantido, configurando numa espécie de arquivos ocultos, onde poucos conheciam e tinham acesso, conferindo assim o poder de escrita da história concentrado na mão de poucos.

A criação do Arquivo Municipal, além de resgatar dos depósitos, em sua maioria poeirentos, variados conjuntos documentais, uniu em um único lugar e de caráter público os registros produzidos em âmbito dos poderes locais, como mais tarde documentos de interesse público.

Discursos de memória sustentaram uma vontade de memória que resultou na criação do Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes. Um arquivo que nasce como um lugar de memória por se apropriar de imediato dos símbolos de seu patrimônio documental, incluindo o Solar do Colégio, que o atrelavam à própria origem do município.

Ainda que tenha existido relatos que expressavam uma vontade de criação de um arquivo municipal na Cidade de Campos, sua implantação não foi unânime, gerando conflito

de interesses, suscitando disputas quanto à maneira de sua formatação. Como também, num embate de poderes locais, seja pela oposição ou apoio recebidos, seja pelas dificuldades em manter em funcionamento, ou o lugar que a instituição assumiu na estrutura de poder municipal.

Os arquivos são ferramentas de poder, e é de suma importância que existam para assim servir à uma ideia de estado democrático, onde sejam garantidas seu funcionamento, manutenção e preservação para o acesso de todo e qualquer cidadão, também na esfera municipal.

Cada experiência municipal guarda em si a feição das condições políticas que tornam possíveis à criação de arquivos. Foi nosso objetivo explicitar alguns significados presentes na experiência de Campos dos Goytacazes.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, Taiguara Villela; GRIGOLETO, Maira Cristina. O traço da distinção: discutindo entendimentos sobre arquivos e memória. In: **Resgate: Rev. Interdiscip. Cult.**, Campinas, v. 24, n. 2, [32], jul./dez. 2016.

ANTEPROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, Campos dos Goytacazes, 2000.

ARQUIVO NACIONAL. **Relatório da Direção-Geral do Arquivo Nacional (1980-1984).**

_____. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** – 1. ed., 1. Reimpr. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

BASTARDIS, Jean. **O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no IPHAN.** Dissertação (Mestrado) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. “Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Dossiê do PL nº 4895 de 1984:** Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivo Públicos e Privados, e dá Outras Providências. (1984-1990). Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1163654&filename=Dossie+-PL+4895/1984> Acessado em 8 de setembro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Projeto de Lei nº 0049/2001 “Autoriza o Poder Executivo a criar Arquivo Público Municipal, e dá outras providências”. (2001).

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei nº 7.060, de 16 de maio de 2001. Autoriza o Poder Executivo a criar o Arquivo Público Municipal, e dá outras providências.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos de 1930-1940). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CONARQ (Brasil). **Subsídios para a implantação de uma política municipal de arquivos:** o arquivo municipal a serviço dos cidadãos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

DREIFUSS, René Armand. Ao arquivo, com carinho. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, nº 21, 1986. p.27-32.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e identidade fluminense.** A escrita da História e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Tese de Doutorado em História – PUC-RJ, 2009.

FERREIRA, Larissa Manhães. **O Solar do Colégio, de Fazenda Jesuítica a arquivo:** uma análise das políticas culturais em Campos dos Goytacazes de 1977 a 2001. Dissertação

apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da UENF. Campos dos Goytacazes, 2014.

FIGUEIRA, Vera Moreira. A viabilização de arquivos Municipais. In: **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 1 n.2 jul.-dez. 1986.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: **Por que memória social?** DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco; GONDAR, Jô (Org.). Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.
HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC/Vértice, n.1, p. 5-27, 1988.

HEDSTROM, Margaret. Arquivo e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, T; MACNEIL, H. (Orgs). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

JARDIM, José Maria. O cenário arquivístico brasileiro nos anos de 1980. In: **História da Arquivologia no Brasil: Instituições, associativismo e Produção Científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

JTLAPC - JORNADA DE TRABALHO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISE DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO, 1996, Campos dos Goytacazes. **Anais... 1 Memória:** contribuições para a sua preservação. Região Norte-Fluminense. Campos dos Goytacazes-RJ, UENF, 1997.

LAMEGO, Alberto. **A terra goytacá**. À luz de documentos inéditos (1913). Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2016.

LAMEGO, Alberto. O Solar do Colégio. In: **Revista do SPHAN**. Rio de Janeiro, n. 2, 1938.

MACHADO, Helena Corrêa. Como implantar arquivos Municipais. – São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. (Projeto como fazer: v. 3).

MACHADO, Tonny Corrêa. **A universidade pública e o setor produtivo: o caso Petrobras na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da UENF. Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.

MARTIUS, Karl F. P. Von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro. Vol. 6, n. 24, p. 381-403, 1844.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Arquivo, memória e história: cruzamientos y abordajes. In: **Íconos**. Revista de Ciencias Sociales. Quito, Ecuador: num. 41, septiembre, 2011, p. 17-37. Disponível em : < <https://www.redalyc.org/articulo.oa>>. Acessado em 12/02/2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

POLÊMICA não se arquiva em Solar. **Folha da Manhã**. Campos dos Goytacazes, 20 de junho de 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SILVA, Norma Lucia; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. In: **História & Ensino**. Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivo, documento e poder: a construção da memória moderna. In: **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**. Indaiatuba (SP) Vol. 3, Nº3. 2004.

VIEIRA, Silviane de Souza; TEIXEIRA, Simonne. Campos dos Goytacazes e o IPHAN nos anos de 1930: Identidade Nacional e Preservação do Patrimônio. In: **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. Uberlândia: EDUFO. Número especial – vol. 33 – Ano 18, 2005.

VIEIRA, Silviane de Souza. **O tombamento como prática social: a atuação do IPHAN em Campos dos Goytacazes**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, RJ, 2003.